

A TRAJETÓRIA ESCOLAR DE MULHERES/MENINAS RIBEIRINHAS NO MARAJÓ: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

Geovana Sousa Neves Pena¹
Rebeca Cecília Pacheco Ferreira²
Eliane Miranda Costa³

RESUMO

A pesquisa se ocupa da trajetória escolar de mulheres/meninas habitantes da área de floresta no território marajoara, especialmente do município de Breves, entre 1996 a 2024. A finalidade consistiu em evidenciar os desafios enfrentados e as estratégias forjadas pelas mulheres ribeirinhas para estudar e obter uma formação escolar. Buscou-se responder as seguintes questões: O que as mulheres ribeirinhas em Breves, no Marajó das florestas, narram sobre sua trajetória escolar? Que desafios enfrentam para acessar a educação? Que papel ocuparam no contexto educacional? Que estratégias forjaram (vem forjando) para estudar e obter uma formação escolar? Trata-se de uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, que recorreu ao levantamento bibliográfico e a coleta de narrativas orais, por meio de entrevistas semiestruturadas com mulheres ribeirinhas. Em termos teóricos, apoia-se em autores do campo do currículo, como Pacheco (2005) e Silva (1996) e do feminismo como Lopes (1994), Perrot (2017) e Hooks (2013). Entre os resultados, analisados com base em pressupostos da análise de conteúdo (Bardin, 1977), verifica-se que as mulheres ribeirinhas tem sua trajetória educacional marcada por desafios no âmbito privado e público. No privado, destaca-se o trabalho doméstico, a maternidade e as dificuldades financeiras e, no público, tem-se o descaso do poder público, que perpassa pela escassez da oferta da educação básica em todos os seus níveis e modalidades, o que interpretamos como violência sistêmica. Essas mulheres, além de várias horas em um transporte escolar inseguro e inadequado, tiveram que lidar com um currículo descontextualizado, bem como cursar apenas o ensino fundamental. Para cursar o ensino médio e/ou o ensino superior foram obrigadas a migrar para a cidade, o que exigiu delas forjar estratégias, não apenas para estudar, mas para existir, diante dos desafios impostos às mulheres, especialmente, àquelas em condições de vulnerabilidade social. Isso demanda a urgência de políticas públicas voltadas à superação das desigualdades sociais e de gênero, que corrobore a garantia de direitos e a inclusão digna de mulheres no contexto amazônico marajoara.

Palavras-chave: Mulher, Gênero, Educação, Escolarização, Marajó.

INTRODUÇÃO

A trajetória escolar das mulheres constitui um campo de reflexão importante para se compreender as desigualdades históricas que marcam a história da educação brasileira.

¹ Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, geovanapena03@gmail.com;

² Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, rebecaceciliapacheco@gmail.com;

³ Professora orientadora: Doutora em Antropologia, Docente da Faculdade de Ciências da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Sociobiodiversidade e Educação - UFPA, elianec@ufpa.br.



Mesmo tendo muito a dizer sobre suas vivências, experiências e potencialidades, ao longo dos tempos às mulheres foram silenciadas na história e da história. Embora a mulher seja mais da metade da população, e venha lutando por direitos, tem que conviver com um injusto processo de dominação, discriminação, subordinação e silenciamentos diversos.

Essa invisibilidade, mesmo diante do importante avanço dos movimentos feministas, permanece em todo território brasileiro. Tal fenômeno nos permite explicar a violência e a negação de direitos contra as mulheres, o que envolve a dificuldade de acesso à educação, emprego, renda, segurança, etc., especialmente, em regiões com quadro de vulnerabilidade social, como é o caso da região da Amazônia Marajoara.

Nessa porção amazônica, os dados oficiais mostram que parte dos municípios enfrentam problemas de ordem econômica, política e educacional⁴. O Marajó, é composto por 17 municípios, e conta com uma população de 593.822 habitantes (IBGE, 2022). Divide-se em duas regiões de integração, a saber: Marajó Oriental e Marajó Ocidental. No primeiro estão os municípios de Cachoeira do Arari, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure e no segundo estão Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Oeiras do Pará, Portel e São Sebastião da Boa Vista.

Situamos esta investigação, no município de Breves, considerado o município mais populoso dessa região. De acordo com a estimativa do IBGE (2025), Breves conta com uma população de 116.058 pessoas, sendo 49% do gênero masculino e 51% do gênero feminino. Na particularidade da população feminina, verifica-se, entre os desafios enfrentados, sobretudo, pelas mulheres ribeirinhas, a dificuldade para estudar e conquistar uma formação escolar. A história mostra que as mulheres em sua trajetória foram destinadas ao trabalho doméstico e ao cuidado da família, o que reforçou sua invisibilidade nas esferas públicas. No entanto, a educação tem se configurado como um caminho de emancipação e conquista de direitos, permitindo que essas mulheres resignifiquem suas experiências e lugares sociais.

Como afirma Perrot (2017), a história das mulheres é também a história de suas lutas por reconhecimento e acesso à educação. Nesse sentido, este estudo propõe-se a refletir, questionar e explorar as trajetórias escolares de mulheres ribeirinhas de Breves,

⁴ Dos 17 municípios, 15 estão nas piores colocações do *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), excetuando-se os municípios de Soure e Salvaterra. Mais informações ver: <https://www.ipea.gov.br/portal/categoria-projetos-e-estatisticas/9941-atlas-do-desenvolvimento-humano-no-brasil>.



no recorte temporal entre 1996 a 2024, buscando compreender: O que as mulheres ribeirinhas em Breves, no Marajó das florestas, narram sobre sua trajetória escolar? Que desafios enfrentam para acessar e permanecer na escola? Que papéis ocuparam no contexto educacional? E que estratégias forjaram para estudar e concluir uma formação escolar?

Assim, tem-se por objetivo evidenciar os desafios enfrentados e as estratégias forjadas pelas mulheres ribeirinhas para estudar e obter uma formação escolar, e refletir como, mesmo diante de adversidades, as mulheres amazônicas constroem caminhos de resistência, reafirmando a educação como um instrumento de transformação e dignidade. A relevância da pesquisa reside em dar visibilidade a experiências, saberes e potencialidades das mulheres ribeirinhas, contribuindo assim para o debate sobre gênero, território e desigualdade educacional na Amazônia.

Trata-se de um estudo que integra a pesquisa “Mulheres na Amazônia Marajoara: Educação, Trabalho, Religião, Família e Muitas Histórias (1940–2023)”, apoiada pelo Programa de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC)/UFPA. A investigação adota uma abordagem qualitativa e combina o levantamento bibliográfico com o trabalho de campo, a partir da coleta de narrativas orais obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas com mulheres ribeirinhas. O referencial teórico ancora-se em autores do campo do currículo, como Pacheco (2005) e Silva (1996), e em teóricas feministas, como Lopes (1994), Perrot (2017) e Hooks (2013), que ajudam a compreender as relações entre gênero, território e educação.

As discussões e resultados da pesquisa revelam que a trajetória escolar das mulheres ribeirinhas de Breves é marcada por desigualdades tanto no espaço doméstico — como o trabalho, a maternidade e as dificuldades financeiras — quanto no público, com a ausência de políticas efetivas e a precariedade da oferta educacional. Apesar desses desafios, as narrativas evidenciam estratégias de resistência e superação, em que as mulheres demonstram protagonismo ao buscar a continuidade dos estudos e afirmar sua emancipação. Conclui-se que a experiência escolar dessas mulheres reflete a necessidade urgente de políticas públicas sensíveis às especificidades territoriais e de gênero, capazes de garantir o direito à educação em condições de equidade. A pesquisa, ao dar visibilidade a trajetória dessas mulheres ribeirinhas, reafirma a importância de compreender a educação amazônica a partir das histórias locais e das resistências cotidianas, reconhecendo-as como sujeitos centrais na construção de uma educação mais justa e inclusiva no Marajó.



METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, preocupada em compreender os significados, experiências e sentidos atribuídos pelas participantes às suas trajetórias educacionais, no recorte temporal entre 1996 a 2023 no município de Breves. Referido recorte leva em conta a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) que ancorada na CF de 1988, estabelece os níveis e modalidades da educação, bem como assegura como direito de todos/as.

Inicialmente, procedemos com o levantamento bibliográfico, o qual nos possibilitou conhecer e analisar a produção científica existente no campo da educação, acerca da temática. Exercício, segundo Minayo (2016), indispensável para toda e qualquer investigação científica, pois, contribui para qualificar e ampliar o embasamento teórico. Nesse processo, mapeamos três artigos científicos publicados nos últimos cinco anos, localizados nos sites Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES, correspondentes às buscas por produções que abordam a relação entre mulheres ribeirinhas e educação no contexto marajoara. Esse resultado revela a escassez de estudos sobre o tema, indicando que ainda há um campo de investigação pouco explorado e com grande potencial de aprofundamento.

Ancorando-se, em pressupostos da metodologia da História Oral, realizamos a coleta de narrativas orais, por meio de entrevistas semiestruturadas (Rizzini; Castro; Sartor, 1999) com 4 mulheres ribeirinhas, com idades entre 18 e 85 anos, residentes em comunidades da região de floresta do município de Breves. Essa mulheres foram escolhidas a partir de suas histórias e disponibilidades em participar da presente pesquisa.

Durante as entrevistas, previamente agendadas e consentidas (todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Lei, n. 14.874/2024), fizemos uso de um roteiro flexível com 26 perguntas. Esse processo de escuta teve como propósito não apenas compreender as trajetórias escolares dessas mulheres, mas também criar um espaço de diálogo e fala para que elas pudessem narrar suas experiências, perspectivas e estratégias de resistência. Tal postura metodológica dialoga com a reflexão de Spivak (2010), ao problematizar se a subalterna pode falar, e ao afirmar a importância de reconhecer e legitimar as vozes historicamente silenciadas.

As narrativas obtidas foram analisadas à luz dos pressupostos da Análise de Conteúdo de Bardin (1977), a partir dos seguintes passos: organização (transcrição literal)



e leitura para identificar os temas latentes e manifestos. Em seguida categorizamos e analisamos. Aqui, por meio da leitura crítica buscamos entender os sentidos e significados expressos nas narrativas das participantes, como está exposto no último tópico desse texto.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa apoia-se em estudos que articulam o campo do currículo e as teorias feministas, buscando compreender como as relações de gênero, território e poder atravessam os processos educativos e as trajetórias escolares das mulheres ribeirinhas do Marajó.

O currículo de acordo com Pacheco (2005) configura-se como uma construção social e histórica, resultado de disputas simbólicas e políticas em torno do que deve ser ensinado, a quem e com quais finalidades. Essa concepção permite entender que o currículo não é neutro, mas reflete relações de poder que podem reforçar ou questionar desigualdades. Nessa mesma direção, Silva (1996) destaca o currículo como espaço de produção de identidades e de significados, sendo atravessado por questões de classe, gênero e cultura. Ao relacionar essas perspectivas ao contexto amazônico, compreende-se que as experiências escolares das mulheres ribeirinhas são também atravessadas por currículos que, muitas vezes, desconsideram suas realidades, saberes e modos de vida.

O currículo descontextualizado não só gera desigualdade entre classes, como aprofunda a desigualdade entre raça e gênero. Isso mostra que as intersecções de raça, classe e gênero geram maiores desigualdades nas diferentes trajetórias femininas nesse país e, região marajoara, que enfrenta problemas históricos com o descaso do poder público.

Daí, no campo dos estudos feministas, autores como Lopes (1994), dar ênfase a importância, necessidade e urgência de uma educação comprometida com a equidade de gênero e com o reconhecimento das mulheres como sujeitos históricos e políticos. Perrot (2017) contribui ao destacar que a história das mulheres é também a história de suas lutas por visibilidade, autonomia e acesso à educação, dimensões que atravessam as experiências das mulheres marajoaras. Hooks (2013) propõe uma pedagogia engajada e libertadora, fundamentada no diálogo e na valorização das vozes marginalizadas, apontando a educação como prática de liberdade e transformação social.



Assim, o referencial teórico integra diferentes perspectivas que se complementam na análise da trajetória escolar das mulheres ribeirinhas, permitindo compreender a educação como espaço de disputa, resistência e emancipação, onde se constroem sentidos de identidade e pertencimento no contexto amazônico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esclarecemos que foram entrevistadas 4 mulheres ribeirinhas, na faixa etária de 18 e 85 anos, as quais estão identificadas no texto como *Entrevistada 1*; *Entrevistada 2*; *Entrevistada 3*; *Entrevistada 4*. Cabe mencionar que nosso intuito foi conhecer a trajetória escolar dessas mulheres por meio de suas narrativas orais. Tais narrativas revelam que elas reconhecem a educação como um direito conquistado ao longo do tempo e como um meio de transformação de suas vidas. Mesmo casando, engravidando e enfrentando outros dilemas ficou claro que elas não desistiram da formação escolar, como fica evidente no relato abaixo.

Entrevistada 1 (40 anos): Eu casei com 15 anos e tive a minha primeira filha quando ia fazer 16 anos, então foi uma coisa que mudou toda a minha trajetória. Quando casei, eu estava estudando o fundamental, mas a minha mãe falou pro meu marido que ele tinha que me colocar pra estudar, porque ela queria que eu estudasse, então eu não parei.

O relato, permite observar o incentivo e cuidado da mãe para que a entrevistada não interrompesse os estudos. Fato que também identificamos em outros relatos, isso porque, segundo as entrevistadas, suas mães e avós não tiveram oportunidades de estudar, pois desde cedo precisaram dedicar-se ao trabalho, ao cuidado com a casa e aos filhos. Essa herança de responsabilidades domésticas e limitações econômicas marcou profundamente as gerações anteriores, e seus efeitos ainda repercutem nas experiências educacionais das mulheres da região. É bom lembrar que na história da educação brasileira, a mulher ocupa o lugar da invisibilidade, pois, cabia à mulher ser boa mãe, esposa e filha, segundo aos cuidados e dominação masculina (Bourdieu, 2012).

Embora o acesso à escola tenha se ampliado nas últimas décadas, as narrativas apontam que persistem desigualdades tanto no espaço doméstico — com a sobrecarga feminina — quanto no espaço público, marcado pela ausência de políticas efetivas e pela precariedade da oferta educacional. Assim, a educação é vista não apenas como uma oportunidade individual, mas como símbolo de resistência e superação das barreiras



históricas impostas às mulheres ribeirinhas. Hooks (2013) compreende a educação como uma prática de liberdade, por meio da qual mulheres historicamente subalternizadas encontram caminhos de emancipação e de ruptura com o controle patriarcal.

Ao tratarem dos desafios enfrentados para acessar a educação, as participantes destacaram que, mesmo quando suas mães e avós chegaram a concluir o ensino básico, não puderam dar continuidade aos estudos devido às relações desiguais de gênero presentes no contexto familiar. Muitas relataram que, embora desejassem estudar, eram impedidas pelos maridos, como mostra a entrevistada 2 (31 anos): *“Tinha o projeto pra pessoa estudar e poder se profissionalizar pra continuar dando aula, mas meu pai não deixou nessa época a minha mãe estudar, aí ela parou, então minha mãe deixou de ser professora, aí veio outra pessoa que era formada.”*

Essa realidade evidencia como o machismo estrutural atuou, e ainda atua, como barreira significativa no processo de escolarização feminina, limitando a autonomia e as possibilidades de ascensão social e educacional. Ao serem submetidas à autoridade masculina e confinadas ao espaço doméstico, muitas tiveram seus sonhos interrompidos, perpetuando um ciclo histórico de exclusão educacional. Nessa perspectiva, Perrot (2017) destaca que a exclusão das mulheres dos espaços de saber formal está enraizada em uma divisão social e simbólica do trabalho, que historicamente as confinou ao espaço doméstico e lhes negou o reconhecimento público, pois, como afirma a autora, “concorda-se em confiar às mulheres – dentro de certos limites – a família, a casa, núcleos da esfera privada” (Perrot, 2017, p. 162).

Ao buscarmos responder à questão “Que papel ocupam as mulheres ribeirinhas no contexto educacional?”, percebe-se que, para além do lugar de alunas, muitas delas assumem papéis ativos dentro das instituições escolares, como profissionais, mães, cuidadoras e mediadoras de saberes. Suas trajetórias revelam que a escola se constitui também como um espaço de pertencimento, trabalho e afirmação identitária.

Uma das participantes compartilhou:

Entrevistada 3 (37 anos): Eu passei a trabalhar na escola, queriam que fosse logo agente de alimentação, mas não era isso que eu queria pra mim, eu falei que ia estudar, primeiro me profissionalizar, porque eu queria ser professora, eu não nasci aqui, mas pra eu estar aqui eu tenho que me formar [...]. Foi por isso que eu lutei e consegui.

A entrevistada expressa o desejo de superação e reconhecimento no ambiente escolar, mostrando que a escolarização é compreendida como um meio de transformação



peçoal e social. Nesse sentido, Lopes (1994) argumenta que a experiência feminina na educação deve ser entendida como um campo de disputa e afirmação de identidades, no qual as mulheres constroem novas formas de estar e de falar no mundo, afirmando que

Tornar-se homem ou tornar-se mulher (essa última expressão feita clássica por Simone de Beauvoir) supõe, portanto, um trabalho de socialização de sujeitos — homens e mulheres — onde estes, longe de serem depositários passivos de uma cultura, integram-na de forma ativa e própria (Lopes, 1994, p. 43)

Da mesma forma, as narrativas das mulheres ribeirinhas revelam essa ação ativa: elas não se limitam aos papéis que lhes foram socialmente atribuídos, mas constroem caminhos próprios dentro e fora da escola. O desejo de ocupar um espaço mais central na história e no trabalho, evidencia que, apesar das escassas oportunidades de sua realidade, elas não se conformam com os caminhos que lhes são impostos. Ao contrário, lutam pela conquista de um lugar que lhes proporcione maior estabilidade e reconhecimento. Assim, essas mulheres se tornam agentes de sua própria história, reafirmando que a condição feminina é continuamente produzida e transformada por meio da prática e da resistência cotidiana.

Ao refletir sobre a questão “Que estratégias forjaram (ou vêm forjando) para estudar e obter uma formação escolar?”, observa-se que a permanência na escola exige esforços contínuos de adaptação e resistência diante das dificuldades impostas pela distância, pela precariedade do transporte e pela falta de políticas públicas adequadas às populações da floresta. As mulheres constroem, assim, caminhos próprios para continuar seus estudos, conciliando trabalho, família e vida comunitária.

Uma das entrevistadas relatou: “Logo que eu comecei a estudar eu vinha e voltava todo dia, mas depois ficou muito cansativo, então eu tive que vir pra ficar na cidade” (Entrevistada 4). A narrativa permite evidenciar a mobilidade constante como estratégia de resistência, na medida em que a mudança para a cidade se torna a única alternativa para garantir a continuidade dos estudos. Tal deslocamento envolve rupturas afetivas e desafios econômicos, mas também representa uma decisão consciente e corajosa de permanecer na escola e projetar novos horizontes.

Entretanto, essas rupturas não se limitam à dimensão geográfica. Ao migrarem para a cidade, as mulheres ribeirinhas passaram a vivenciar novas formas de organização escolar e de produção do conhecimento, igualmente marcadas por um currículo descontextualizado, isto é, que ignora a realidade rural. O ambiente escolar urbano,



muitas vezes distante de suas experiências de vida, impõe outros valores e saberes, exigindo que essas mulheres se reinventem também como aprendizes.

Conforme aponta Silva (1996), o currículo é um campo de disputa de sentidos, onde se expressam relações de poder e identidades. Nesse sentido, quando essas mulheres ingressam em escolas urbanas, elas se inserem em uma arena de poder na qual seus saberes locais, construídos na relação com a floresta e o rio, são frequentemente desvalorizados. Ao afirmar que “o currículo é uma área contestada, é uma arena política” (Silva, 1996, p. 84), o autor ajuda a compreender que a exclusão simbólica de suas experiências do espaço escolar constitui uma forma de violência epistemológica, isto é, um apagamento das vozes e dos conhecimentos produzidos fora dos centros urbanos.

Do mesmo modo, Pacheco (2005) destaca que o currículo é uma prática social e cultural em constante construção, atravessada pelas condições concretas de vida dos sujeitos. Ao reconhecer que “o currículo constrói-se na ação social, que os modos de pensar e agir são formalizados em códigos curriculares e que as suas práticas são enquadradas por tradições” (Pacheco, 2005, p. 68), o autor reforça que toda prática educativa é marcada por contextos culturais específicos.

Nesse sentido, ao transitar entre territórios e realidades distintas, as mulheres ribeirinhas não apenas enfrentam a rigidez de um currículo urbano e hegemônico, mas também produzem formas próprias de ressignificar o aprendizado, inserindo suas experiências e saberes da floresta em um espaço que, historicamente, não foi pensado para elas. Mesmo assim essas mulheres teceram suas trajetórias e vivências escolares, o que permitiu a elas não apenas existir, mas resistir ao longo e intenso processo de discriminação e silêncios e, desse modo, escrever e fazer parte da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões engendradas no texto revelaram que as mulheres ribeirinhas de Breves vêm tecendo trajetórias marcadas pela resistência e pela busca por escolarização, reinventando caminhos possíveis diante das limitações impostas por sua realidade social e territorial. Suas narrativas evidenciam que a educação é percebida não apenas como um direito conquistado, mas como um caminho de transformação pessoal, social e identitária. Mesmo diante das adversidades impostas pelas desigualdades de gênero, pelas condições socioeconômicas e pelas distâncias geográficas, essas mulheres vêm forjando estratégias para permanecer e resistir no espaço escolar.



As trajetórias demonstram que a escolarização é um processo atravessado por disputas e negociações, no qual as mulheres assumem uma postura ativa, reinventando-se e desafiando as estruturas patriarcais que historicamente as excluíram do saber formal. Ao ocuparem novos espaços — seja como alunas, trabalhadoras ou educadoras —, elas afirmam-se como sujeitos de conhecimento e de ação social, rompendo com os papéis que lhes foram socialmente atribuídos.

Verificou-se também que o ingresso nas escolas urbanas, embora represente um avanço em termos de acesso, traz consigo tensões relacionadas a um currículo descontextualizado das realidades ribeirinhas. Esse descompasso reforça a importância de pensar práticas educativas sensíveis às especificidades territoriais e culturais das populações da floresta.

Portanto, compreender as experiências educacionais dessas mulheres significa reconhecer as múltiplas formas de saber e de existência que coexistem na Amazônia marajoara. Mais do que ampliar o debate sobre a escolarização feminina, este estudo convida a repensar políticas públicas e currículos que contemplem a diversidade e as vozes das mulheres da floresta, para que a escola se torne, de fato, um espaço de pertencimento, igualdade e transformação social.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**: Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11 ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 14.874, de 28 de maio de 2024. Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2024.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

IBGE. Cidades e Estados. **Breves**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/breves>. Acesso em: 09 nov. 2025.

IBGE. Cidades e Estado. Pará. **Marajó**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/>. Acesso em: 09 nov. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. **Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero**. Proj. História. São Paulo, 1994, pg. 31-46.



SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

